

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO
----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco reuniu na sede da Junta de Freguesia, sita no Largo Doutor António de Sousa Macedo, número sete, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Carlos Medrano Victor, coadjuvado pela Primeira Secretária, Ana Cristina da Silva Pinto Marques, e pela Segunda Secretária, Maria Alfreda Ferreira da Fonseca, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1. Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia; -----

----- 2. Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, PPI 2026; -----

----- 3. Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da JFM para 2026; -----

----- 4. Ratificação dos contratos interadministrativos de cooperação do Município na Freguesia da Misericórdia, no âmbito da Higiene Urbana 2025 – Proposta nº 646/2025;

----- 5. Ratificação do contrato de delegação de competências do Município na Freguesia da Misericórdia, no âmbito dos Espaços Verdes – Proposta nº 647/2025/CML; -----

----- 6. Proposta Protocolos estagiários: -----

----- 7. Proposta Protocolo MBooks; -----

----- 8. Outros assuntos -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** Sérgio Paulo Jacinto Martins. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD):** Pedro Miguel da Silva Duarte e Gonçalo Duarte da Silva Armindo. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** José Alberto Valério Diniz e Ana Sara Camarinha da Cunha e Souza Pinto. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** Ana Filipa Rodrigues Nunes Trem. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Catarina Valente Ferreira Pereira Ramalho. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL):** Miguel Francisco Pala Mendes da Rocha. -----

----- **Do Partido Chega (Chega):** Rafael Pinto Borges. -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente, Carla Sofia Lopes de Almeida, Henrique Jorge Machado Ribeiro, Diogo da Cunha e Lorena da Silva e Ana Sofia Gonçalves Benthino. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- José Augusto Ravasco Pato, que justificou a sua ausência e foi substituído por Sérgio Martins. -----

----- Mariana Perry Vidal Fernandes de Almeida. -----

----- (A convocatória da reunião com a respetiva ordem de trabalhos, a lista de presenças e as justificações de ausência são anexadas à presente ata e dela fazem parte integrante) -----

----- Às dezanove horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.** -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- (Não houve intervenções neste ponto) -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que havia um voto de pesar por Anita Guerreiro apresentado pelo CDS-PP e outro apresentado pelo PS. Propunha que subscrevessem um voto único e estendia a proposta também à restante Assembleia. Depois dariam as alterações necessárias para ser um voto de pesar único da Assembleia de Freguesia. -----

----- **Voto de Pesar** -----

“-----*Pelo Falecimento de Anita Guerreiro*-----

----- *Anita Guerreiro, nome artístico de Bebianna Guerreiro Rocha Cardinalli, nascida a 13 de novembro de 1936, em Lisboa, e falecida no passado dia 7 de dezembro de 2025, foi uma figura marcante da música popular portuguesa e uma intérprete de referência do fado e da canção tradicional.* -----

----- *Ao longo da sua vida e carreira, manteve uma forte e profunda ligação à Freguesia da Misericórdia, onde viveu e onde cantou em várias casas de fado do Bairro Alto, destacando-se a sua presença regular na casa O Faia, até ao ano de 2019. Através da sua arte, contribuiu de forma significativa para a afirmação deste bairro histórico como um dos mais importantes centros da cultura fadista e da música tradicional portuguesa.* -----

----- *Ao longo de uma notável carreira artística, Anita Guerreiro levou a música portuguesa a inúmeros palcos, nacionais e internacionais, preservando e divulgando as tradições culturais do país, sempre com autenticidade, simplicidade e um profundo amor a Portugal. O seu percurso granjeou-lhe o reconhecimento do público e garantiu-lhe um lugar especial na memória coletiva.* -----

----- *Assim, ao logo a sua trajetória que atravessou o teatro, revista, fado, cinema e televisão, Anita Guerreiro ajudou a moldar a identidade cultural de Lisboa, não apenas como artista, mas como voz da cidade, de suas ruas, bairros, gentes e tradições, deixando um legado artístico que ultrapassa gerações. Tendo em conta a sua relevância da sua vida e obra para Lisboa e para a cultura portuguesa, entende-se que o seu nome e memória devem ser honrados de forma duradoura.* -----

----- *Neste sentido, a eleita do CDS-PP recomenda que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão ordinária de mês dezembro de 2025, delibere:* -----

- *1. Apresentar à família, amigos, colegas de profissão e admiradores de Anita Guerreiro as mais sentidas condolências.* -----
- *2. Guardar um minuto de silêncio em sua memória, e em sinal de homenagem e respeito institucional.* -----
- *3. Enviar este Voto de Pesar à Família, à Casa do Artista e ao Restaurante O Faia.*-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo Falecimento de Anita Guerreiro”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **Recomendação** -----

“-----*Intervenção Técnica: Pavimento Escola Padre Abel Varzim* -----

----- *Considerando que o pavimento do recreio da Escola Padre Abel Varzim continua a apresentar problemas graves, nomeadamente o facto de o chão tingir de forma persistente as roupas e o calçado das crianças que nelas brincam.* -----

Handwritten marks in blue ink at the top right corner, including a circle and some illegible scribbles.

----- *As inúmeras queixas abertas apresentadas por Pais e Encarregados de Educação, reportando danos na roupa das crianças e calçado, riscos para a higiene e desconforto no uso diário do espaço;* -----

----- *Assim sendo, o recreio é um espaço essencial para o bem-estar, segurança e desenvolvimento das crianças, devendo cumprir condições adequadas de qualidade e salubridade.* -----

----- *Neste sentido, a eleita do CDS-PP recomenda que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025, delibere:* -----

----- *1. Promova, com carácter de urgência, uma avaliação técnica ao pavimento do recreio da Escola Padre Abel Varzim, apurando as causas do problema;*-----

----- *2. Diligencie junto das entidades competentes (nomeadamente Câmara Municipal e/ou Ministério da Educação) no sentido de ser encontrada uma solução definitiva;* ----

----- *3. Assegure a substituição ou correção do pavimento, caso se confirme que o material utilizado é inadequado para o uso escolar;* -----

----- *4. Mantenha a comunidade escolar informada sobre os desenvolvimentos e prazos previstos para a resolução da situação.* -----”

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que em relação a essa questão podia fazer um resumo de tudo o que já foi feito. Não estava a ser fácil resolver essa situação, mas já tinham a solução.-----

----- No dia 27 de outubro receberam uma carta, depois fizeram uma reunião com os encarregados de educação na Escola Padre Abel Varzim, encetaram todas as diligências no sentido de tentar perceber se o produto era tóxico ou não. Nesse momento estavam a ter problemas em encontrar firmas que fizessem esses testes.-----

----- Tiveram uma vistoria e uma firma conseguia pôr um chão novo e garantir que o chão não era tóxico. Só havia um impedimento, era que essa obra só poderia ser feita na Páscoa.-----

----- Era um recinto ao ar livre e havia sempre uma solução para tudo na vida, podiam interditar o recinto, podiam remover aquele piso e ficar o chão em pedra, porque todas as firmas que contataram garantiam que aquilo não era tóxico, estava a tingir, mas não era tóxico, era desgaste do material.-----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** disse que sendo tóxico ou não, tinham ali um problema que prejudicava as crianças e as roupas diárias das crianças, o calçado diário das crianças. Não era o local ideal para a criança brincar. -----

----- Ainda bem que o Executivo estava atento a esse problema e que já conseguiu arranjar algumas medidas e alterações, mas isso era um problema que já ia do ano letivo anterior, começaram o primeiro período sem nenhuma resolução, conseguiram encontrar uma empresa que deu resposta e agora estavam a dizer que a empresa só ia resolver a situação em abril.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que receberam a informação em 27 de outubro, promoveram todas as diligências possíveis e no dia 3 de novembro estiveram na reunião com todos os encarregados de educação. -----

----- Como sabiam, existiam procedimentos de contratação pública, consultaram o mercado e não obtiveram respostas em tempo útil. Entretanto, promoveram todas as diligências e conseguiram encontrar uma empresa que se ia deslocar à Escola Padre Abel Varzim e apresentar um orçamento. -----

----- Tinham documentos que garantiam que aquilo não era tóxico, mas não sabia se isso chegava ou não. Nesse momento estavam preocupados se o produto era tóxico ou não. Os documentos que tinham diziam que não era, mas se estava a tingir também

0
du
7

prejudicava o material das crianças e financeiramente os encarregados de educação. Aí todos queriam o mesmo, corrigir as situações que estavam erradas e promover o bem-estar das crianças. -----

----- Iriam ainda mais além, no dia 6 de janeiro teriam uma visita técnica tanto a uma escola como outra para avaliar todas as fragilidades e necessidades das duas escolas, Escola Padre Abel Varzim e Escola das Gaivotas. Fariam um caderno de encargos para entregar à Câmara Municipal de Lisboa e se quisesse dar essa obra em CDC estavam completamente disponíveis para a fazer. -----

----- O facto de o chão ser só arranjado na primavera era por causa da chuva. O que importa é construir diálogo e arranjar pontes, para si o que interessava era o bem-estar das crianças e o bem-estar de quem vivia na Freguesia da Misericórdia. Era em conjunto e em diálogo que chegavam lá. Estavam a promover todas as diligências e se houvesse soluções e contributos, como tinha dito já várias vezes, “seja bem-vindo quem vier por bem”.

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** começou por desejar um feliz ano de 2026, que fosse um ano de sucesso pessoal e profissional para todos aqueles que enfrentavam ali a dificuldade que era a gestão de uma Junta de Freguesia, que sabiam não ser de todo fácil. Podiam ter ou não opiniões diversas, podiam ter ou não opções distintas, mas ali era o campo profissional e não pessoal. -----

----- Queria fazer um agradecimento em nome da Doutora Cristina Gonçalves a toda a equipa da ação social da Freguesia. Nem nos últimos quatro anos, em que fizera parte do Executivo, se ouviu tantos elogios ao cabaz de Natal como nesse ano. Isso era extremamente importante, se conseguissem dar esse salto era sinal de que o trabalho estava a ser bem feito e era prova disso. Sempre tinha dito isso em Assembleias anteriores, mesmo quando fazia parte do Executivo, também era beneficiário do apoio social ao fechar uma empresa em 2020 e sabia o que era ser bem tratado. Portanto, não podia começar sem uma palavra de respeito e de consideração perante aquilo que foi o feedback passado para toda a população, que foi um cabaz de Natal de excelência que os fregueses tiveram. -----

----- Dito isso, tinha três ou quatro questões. -----

----- Na última Assembleia tinha-se colocado ao lado da Junta de Freguesia quando aparentemente não foi convidada para a inauguração do projeto de reutilização de copos no Bairro Alto. Sucedia que recebera por parte da TOMRA, empresa que geria esse projeto, que convidou a Junta de Freguesia através do e-mail geral e através do e-mail da responsável do projeto “Viver Misericórdia”, Eunice Gonçalves. Gostava de saber se essa informação não chegou à Senhora Presidente. -----

----- Por outro lado, decorria o ano 2019 tinha feito parte do associativismo durante 22 anos, largara no dia 11 de julho de 2025, em 2019 tinha-se dirigido à Freguesia com uma instituição fundada em 1944 que estava prestes a fechar portas e precisava na altura de doze mil euros para não fechar portas. Essa instituição era o Marítimo Lisboa Clube, era do conhecimento que acabou por fechar portas. Desse Executivo fazia parte a Senhora Presidente e a Senhora Vogal Luísa Rodrigues e não foi possível ajudar o Marítimo Lisboa Clube, mas agora ajudavam com vinte mil euros o Cinema Ideal. Gostava de saber o que diferia uma instituição da outra, já que uma fazia cariz social pela Freguesia, tinha trabalho e provas dadas, e a outra tinha só a seu belo proveito a economia. -----

----- Ainda na parte do associativismo, aquando da candidatura da Doutora Alexandra Leitão e da visita, candidata e agora Vereadora, aos ensaios do Marítimo Lisboa Clube,

Q
OK
H

a Marcha da Bica, prometeu que assim que chegasse à Câmara Municipal de Lisboa iria resolver em conjunto com a Junta de Freguesia o problema sobre a viagem da Marcha da Bica a Macau. Sucedia que já iam outras duas marchas em fevereiro a Macau e continuava sem haver respostas à viagem da Marcha da Bica de 2023. Gostava de saber se a Senhora Presidente já tinha alguma informação sobre isso, ou se tinha alguma informação que a Senhora Vereadora Alexandra Leitão se pronunciou sobre o caso.-----

----- Por último, não menos importante, a Freguesia à noite tinha centenas de mobiliário, esplanadas espalhadas pela rua e que não eram recolhidas. As zonas mais flagrantes eram Conde Barão, Cais do Sodré, Largo de São Paulo, Rua da Moeda. Gostava de saber se precisavam de manifestar contra a Câmara Municipal de Lisboa ou se a responsabilidade de não haver essa recolha para dentro dos espaços próprios seria da responsabilidade da Junta de Freguesia.-----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que tinha algumas questões que gostava de colocar ao Executivo. A primeira era que tinha relatos de na Travessa dos Pescadores a luz da rua e das casas tinha ido algumas vezes abaixo, três ou quatro vezes no espaço de um mês. Perguntava se isso era do conhecimento da Junta de Freguesia e que diligências já tomou para perceber o problema.-----

----- Outra questão que tinha era relativamente à Travessa do Jasmim e zona adjacente. Tinha sido dito algumas vezes e também já constatara que principalmente a Travessa do Jasmim tinha ali um problema à volta, era um palco de coisas impróprias. Não queria descrever, mas desde relacionamentos bastante óbvios a fezes humanas, um cheiro intenso a dejetos. Principalmente acontecia a partir da meia-noite. A Praça das Flores era bastante movimentada e ali acabava por ser um sítio bastante recolhido e escondido. Queria perceber se a Junta de Freguesia tinha conhecimento e, se tinha, o que estaria a fazer.-----

----- Gostaria também de saber relativamente aos atestados de residência, quantos atestados de residência foram passados pela Junta em 2025 e se a Junta alguma vez fez o levantamento de todos os atestados que foram passados para cada uma das moradas. Se sim, respeitando sempre o RGPD, se pudessem partilhar com a Assembleia de Freguesia agradecia imenso.-----

----- Outra questão que tinha era que quando abraçavam uma causa tão nobre quanto aquela que era o serviço público, faziam por acreditar que podiam mudar a vida das pessoas. Todas as pessoas que eram eleitas, tanto na Assembleia como no Executivo, na Mesa, todas as pessoas que estavam nessa sala eram eleitas para o serviço público, que tinha de ser muito respeitado e tido como algo bastante sério. Não podia ser banal serem candidatos a alguma coisa, principalmente a uma instituição pública como era a Assembleia de Freguesia, era o órgão mais próximo das pessoas e tinham que saber respeitar isso.-----

----- A questão que colocava era muito simples, saber qual o compromisso que o Partido Socialista tinha relativamente a essa Junta de Freguesia e ao Executivo mais propriamente, porque souberam há pouco tempo e felizmente era público que foi feita uma contratação por ajuste direto de uma pessoa que estava nas listas do PS e que abdicou do seu lugar quando tiveram a Assembleia de Freguesia constituinte. Não serviu a Freguesia e agora estava a servir-se dela e queria perguntar qual era a moral que a Junta de Freguesia tinha, ou quais eram as condições que a Junta de Freguesia achava que tinha para fazer a contratação da pessoa que era a número dois, Beatriz Pereira.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que ficava feliz por o cabaz de Natal ter sido um sucesso. Também tinha ouvido vários comentários favoráveis a essa iniciativa. Era sempre bom quando podiam ajudar o próximo. -----

----- Aproveitava para ir um bocadinho de encontro à última questão que o Gonçalo colocou, sobre qual o compromisso, qual a honra, qual a causa séria. A causa era muito séria e como já tinha dito na última Assembleia de Freguesia, queriam o melhor para a Freguesia da Misericórdia. Se calhar a Beatriz era um elemento muito importante para ajudar e estar ali a tempo inteiro. A Beatriz não podia ficar no Executivo tendo umas valências que acreditavam que era o melhor para a Freguesia. -----

----- Esse trabalho não era nada fácil e a Beatriz, para si, era uma pessoa que percebia uma autarquia, uma pessoa empenhada e que ia contribuir muito para a evolução da Freguesia. Podiam não estar de acordo com isso, mas havia opções políticas que se tomavam e não podiam querer ajudar uns e não ajudar outros. A Beatriz também fazia parte da Freguesia e estavam a ajudar alguém a começar a sua vida, foi meramente uma opção de ser uma mais valia, ela valia mais oito ou doze horas por dia do que estando em Executivo.-----

----- Se calhar seria mal interpretada, mas não tinha o mínimo de pudor com isso, estava a falar com o coração e tanto o PS, como o BE e o PCP, estava totalmente comprometido com a Freguesia. Estavam no início do mandato e estava a responder porque fazia parte, às vezes falavam muito e não sentiam e tinham que falar com o coração e ver o que estavam ali a fazer. -----

----- Perguntava o que qualquer um dos partidos pretendia para a Freguesia da Misericórdia, bandeiras do partido ou queriam realmente que a Freguesia evoluísse? Ou queriam cada um dar o melhor? Esse era o seu compromisso. Era do Partido Socialista desde 1996, mas esse era o seu compromisso, era genuína e não queria mais nada, porque desde 1996 já podia ter ascendido muito no PS. -----

----- Queria isso bem explicado, que nunca ninguém duvidasse do amor que tinha a essa Freguesia e a essa causa. Praticamente tinha nascido numa Junta de Freguesia, fazia parte da Junta de Freguesia da Encarnação desde os 14 anos. Podiam dizer o que quisessem, mas sentira necessidade de ter esse desabafo para perceberem o quanto era importante. Andava por ali todos os dias e as pessoas apontavam o dedo, eram seus vizinhos e vizinhas e uma coisa que preservava era a sua palavra. A sua palavra dizia quem era e pedia desculpa do desabafo. -----

----- Sobre o Marítimo Lisboa Clube e o Cinema Ideal, não se recordava na altura do Orçamento que tinham, mas sabia que a Junta sempre ajudou o Marítimo Lisboa Clube. Fazia parte de uma comissão na Assembleia Municipal e tinha falado no Marítimo Lisboa Clube por causa da sede, até estava presente o Senhor Vereador Diogo Moura e tinha-o questionado por causa das obras, qual a razão do Marítimo ter a sede e ainda não ter podido usufruir dela. O que o Senhor Vereador Diogo Moura disse era que a verba já foi entregue ao Marítimo, havia um problema de estrutura na parte de cima e disse que se iria encontrar brevemente consigo para tentarem resolver a situação. -----

----- Tinham que resolver a situação de todos e tinham ajudado sempre o Marítimo em todas as situações. Ainda agora estavam a fazer um mercado na frente rio, quando ainda não definiram e tinham um problema para tratar em janeiro, que era a metodologia dos mercados. Tomaram posse no dia 7, estavam a querer ouvir todos os participantes nos mercados de levante ou nas feiras para escolher o melhor método, para poder permitir que a Misericórdia fosse usufruída por todos, desde que bem tratada.-----

Handwritten marks in the top right corner, including a circled 'D' and a signature.

----- O Marítimo estava na frente rio a fazer a feira de Natal, o que achava muito bem, porque cada coletividade também devia tentar sobreviver. A Junta podia dar o isco e a cana, mas a coletividade tinha que ir à pesca e valorizava isso. O que o Marítimo estava a fazer era tentar angariar fundos de outra forma e era assim que se fazia. -----

----- Quanto à Alexandra Leitão, a Senhora Vereadora estava lá sem pelouro. Se calhar era mais fácil o contato através do Engenheiro Carlos Moedas para perguntar sobre a situação da viagem a Macau, porque a si também chocava e não tinha qualquer pudor numa próxima comissão em levantar esse assunto. Ficava a sua palavra em que na próxima comissão em que estivesse com o Senhor Vereador Diogo Moura iria fazer essa pergunta e também à camarada Alexandra Leitão para, em reunião de Câmara, fazer essa pergunta. -----

----- Travessa dos Pescadores, estavam com vários problemas de luz e não era só na Travessa dos Pescadores. Tinha sido geral e não sabia se repararam, estavam com muitas obras da CME. Ainda nesse dia tinha falado com a Vereadora Joana Batista e enviara-lhe um ofício sobre a falta de iluminação pública e de todas as artérias que estavam sem luz, ao qual mandou a seguinte resposta:-----

----- “Freguesia da Misericórdia, no ano 2025 foram registadas 470 ocorrências, resolvidas cerca de 390, 80%.-----

----- Encontram-se em execução 120 ocorrências e cerca de 25 ocorrências estão reportadas à E-Redes para resolução. De notar que se encontra em resolução pela E-Redes uma avaria em dois circuitos que abrangem a Rua da Barroca, Travessa Poço da Cidade, Travessa da Queimada e parte da Rua da Atalaia. Segundo a informação da E-Redes, prevê-se que a situação seja hoje regularizada.”-----

----- Tinha-lhe respondido “Muito obrigada, a Misericórdia agradece”, porque era disso que precisavam, menos conversa e mais ação. Tinha gostado da postura. -----

----- Quanto ao mobiliário, era da responsabilidade de quem guardar? Era da responsabilidade do proprietário e depois cabia à fiscalização passar e ver. Se não guardou e estava a infringir, existiam regras e voltavam sempre ao mesmo ponto. Tinham todo o tipo de regulamentos, tinham todas as normas, das melhores do mundo, mas não eram cumpridas. Tinha que haver fiscalização e era só atuar. -----

----- Travessa do Jasmim e Praça das Flores, havia vários relatos e tinha pedido à PSP para lá passar. Entretanto também tinha recebido o Comandante da Polícia Municipal e relatara esse facto, também tinha enviado um e-mail ao Senhor Vereador Diogo Moura a pedir a gestão dos quiosques, o que achava que indo para a Junta de Freguesia e tendo um horário reduzido iria sanar um pouco essa situação. Aquele quiosque funcionava até às duas da manhã e se funcionasse como o do miradouro, até às dez, se calhar tinham outra vivência e inibia certo tipo de comportamentos, causava mais segurança. -----

----- Achava que não era possível e o que iria fazer era insistir e pedir, se não podia dar os quiosques, para mudar o horário do quiosque. As pessoas tinham o direito de descansar. -----

----- Quanto aos atestados de residência, tinham andado em cima da situação. O programa tinha um xis de números que era permitido por morada. Era raro, mas já aconteceu nos Censos, havia famílias que tinham sete filhos. Fazia questão de enviar depois esses dados para os e-mails da Assembleia, com tudo certinho para não falhar nada.-----

----- **O Senhor Secretário do Executivo** disse que como Membro do Executivo independente, não fazia parte de qualquer partido e nunca tinha feito, queria agradecer o trabalho da Beatriz. Estava em horário pós-laboral a contribuir para a Junta e não só

tinha todo o apoio da Beatriz para ajudar na execução das suas funções durante o dia, como tinha beneficiado da amabilidade dela de se adaptar sempre que necessário aos seus horários. Por isso não podia deixar de agradecer o excelente trabalho que tinha permitido a si, como Membro do Executivo, executar as suas funções. -----

----- **Vogal do Executivo Sofia Benthinho** disse que em relação a 2019 e ao Marítimo não podia responder porque não tinha os dados e lamentava o encerramento do mesmo.

----- Em relação ao Cinema Ideal, a resposta do Executivo foi pró-ativa. Identificaram o problema e dirigiram-se ao Cinema Ideal. Era um cinema que abriu em 1904 e já teve vários nomes, já foi Cine Camões, Cinema Paraíso, agora era Cinema Ideal e que promovia o cinema português. -----

----- Obviamente que gostariam de ter a mesma proatividade, mas não podia responder por 2019 e esperava que com o atual Executivo também pudessem ajudar todas as coletividades e associações, porque a cultura era importante. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que o Orçamento de 2019 não era muito diferente do Orçamento atual. -----

----- Em relação ao mercado que o Marítimo estava a fazer, estava a pagar uma taxa considerável para lá estar, não era pro bono. Estava a trabalhar para pagar primeiro a taxa bastante considerável e, portanto, não via que fosse uma ajuda tão grande. Não sabia o que faturava, mas fazia questão de questionar para levar à próxima Assembleia.

----- Faltou responder à questão da TOMRA, dos copos. -----

----- Tinha feito questão de frisar na primeira Assembleia que qualquer um dos cinco eram livres e independentes de fazer os pronunciamentos que quisessem, mas havia uma coisa que não ficou bem esclarecida em relação à Beatriz. Ninguém pôs em causa a qualidade e devoção da Beatriz, era das pessoas que mais se empenhou na campanha eleitoral e isso nem devia ser colocado em causa. A afirmação da Senhora Presidente de ser genuína saiu-lhe mal, porque também tinha feito parte do mandato anterior a ganhar 250 euros por mês e estava lá sempre que a vida lhe permitia. Ali a causa pública era superior à causa financeira. -----

----- Ninguém podia pôr o trabalho e as qualidades da Beatriz em causa e achava que o Gonçalo não o fez. A Beatriz era uma excelente profissional, como deputada municipal ia dar muitas cartas e tinha um futuro brilhante pela frente. Era a sua opinião acerca da pessoa e esperava que o Gonçalo tivesse a mesma opinião. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que nunca tinha posto em causa o trabalho e a dedicação da Beatriz. O que punha em causa era que se foi genuíno saiu mal, porque parecia-lhe da interpretação dessas palavras que a Beatriz não ficou no Executivo para poder ganhar dinheiro a servir as pessoas e o que dizia na intervenção inicial era que não estava ali para ganhar dinheiro, estava ali para servir as pessoas e para si o serviço ia primeiro do que o monetário. -----

----- Era essa a única questão, porque lhe parecia que a contratação da Beatriz era isso mesmo, ela foi afastada porque não conseguia estar no Executivo, por questões de paridade, e teve que resignar ao seu mandato. Deixava de participar e passava a ser contratação da Junta. Se o comentário foi genuíno que reformulasse, se mantivesse era uma opção política. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, em relação à TOMRA, voltava a dizer que não recebeu o convite. Depois do Pedro ter alertado tinha falado com a Eunice Gonçalves e ela até disse que tinha estado na iniciativa. Entretanto tinha encontrado o Senhor João Jalé, já tinha falado com ele três vezes e tinham uma reunião marcada, mas também já

----- tinha dito ao Senhor que aquela metodologia tinha que mudar porque aquilo não era mais do que um negócio de copos, de compra e venda. -----

----- Quando apresentassem uma solução que desse para pôr qualquer tipo de copos naquela máquina, aí sim iam libertar os copos do chão e coloca-los no sítio certo. Ele estava disposto a dialogar e a estreitar pontes e irem à Câmara Municipal apresentar a ideia, porque aí devia ser um investimento da Câmara Municipal. A ideia estava boa, mas que abrangesse tudo, não fosse apenas mais um negócio através da noite e dos copos. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que a ideia era eles não excluïrem a Junta. Essas instituições apareciam e muitas vezes usavam a rede de contatos que tinham e acabavam por excluir a autarquia. Excluir a Junta de Freguesia era excluir o pilar de quem zelava por todos e era importante. Fosse um negócio de copos ou o que fosse, não tinham o direito de excluir a Junta. -----

----- Como informaram que efetuaram os convites tinha que fazer essa questão, mas mantinha aquilo que disse na primeira Assembleia, não convidarem a Junta de Freguesia a estar presente era uma vergonha. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que mantinha aquilo que dizia, podia ter havido um lapso no e-mail, errar era humano e toda a gente errava. Segundo tinha percebido aquilo não era bem um convite, tinham que se inscrever. A instituição não foi convidada para a iniciativa, mas já estava tudo sanado. Não queriam ficar de fora e também iam atrás das associações, queriam o melhor para isso e para a Freguesia. -----

----- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata da sessão extraordinária realizada em 27 de novembro de 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **Ponto 1 - Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que tinha feito uma pergunta à sua camarada e recebera a seguinte mensagem: -----

----- “Foi perguntado em reunião de Câmara ao Presidente da EGEAC pela viagem do Marítimo e disseram que ia haver em fevereiro. O que o Senhor Presidente respondeu foi que a Bica não ia porque o processo estava em tribunal”. -----

----- Isso foi na reunião da Câmara Municipal para aprovação do Orçamento e Plano de Atividades a propósito das empresas municipais. -----

----- Quanto à informação escrita, era um período curto, todos tiveram acesso ao documento e se quisessem colocar alguma questão o Executivo ficava ao dispor. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** lembrou que não tinham votado a recomendação do CDS. -----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que não era uma moção, era uma recomendação e não teria de ir à votação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Recomendação “Intervenção Técnica: Pavimento Escola Padre Abel Varzim”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 5 votos a favor e 7 abstenções. -----

----- **Ponto 2 - Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, PPI 2026;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que ia resumir e depois colocava-se à disposição, com o Tesoureiro e o TOC, para qualquer questão que quisessem colocar mais técnica. -----

----- Fez a seguinte intervenção: -----

----- *“2026 será um ano para unir forças, inovar e devolver qualidade de vida aos nossos bairros. É esse o nosso objetivo e é com esse espírito que apresentamos este Orçamento. Ele não é, portanto, apenas um conjunto de números, este é um compromisso com as pessoas, com os nossos bairros e com o futuro da Misericórdia. Queremos construir uma Freguesia mais justa, segura, vibrante e onde ninguém fica para trás.* -----

----- *A nossa visão é clara, colocar as pessoas no centro das decisões, reforçar a coesão social, garantir a sustentabilidade, valorizar a identidade histórica e cultural da Misericórdia, das nossas gentes e do nosso território. Portanto, cada euro aqui previsto traduz-se em ações concretas para melhorar a vida de quem aqui vive, trabalha ou nos visita.* -----

----- *Como podem ter visto nas Grandes Opções do Plano, os números que sustentam esta visão. Montante global do Orçamento, 7.563.056,28 euros. Receitas, 99,53% são correntes, com maior peso nas transferências correntes, que representam 78,99% do total. Despesas, 96,40% são correntes, sendo a maior rubrica as despesas com pessoal, que representam 55,54% do Orçamento. Investimento, 272.000 euros, cerca de 3,6% do total destinado a obras e equipamentos.* -----

----- *Ou seja, comparativamente a 2025 há um decréscimo de 343.530,92. Este decréscimo é explicado pelo fim do contrato de delegação de competências do biénio 2023-2025, que anuncio que foi executado a 100%, com o mapa final já enviado para a CML neste nosso novo mandato. Assim, também a Junta de Freguesia se encontra totalmente disponível para celebrar novos contratos de CDCs, esperando que essa disponibilidade também se mantenha da parte da Câmara. Não sabemos se vai continuar ou não, estamos na incógnita. Durante o discurso da tomada de posse, o Engenheiro Carlos Moedas disse que ia retirar o CDC às Juntas de Freguesia da recolha em torno dos ecopontos e ecoilhas.* -----

----- *Também posso informar que, a bem da Freguesia, enviámos um e-mail ao Engenheiro Carlos Moedas, o Senhor Presidente da Câmara, a dizer que íamos assegurar esse serviço até fevereiro, dando tempo de ou negociar connosco, com as Freguesias e este valor já não é revisto desde 2018, ou assume a competência.* -----

----- *Para a manutenção dos CDCs também gostaríamos que a Câmara desse prioridade a quem executa as obras e entrega tudo a tempo e horas, quem cumpre na totalidade os seus contratos, como é o nosso caso.* -----

----- *Nas áreas com maior investimento, não podia deixar de ser, na nossa Freguesia, a higiene urbana com 32,57% do Orçamento, espaços verdes e espaço público com 16,18%. E porquê isto? Porque acreditamos que quando cuidamos do território cuidamos das pessoas e a Misericórdia vive.* -----

----- *As prioridades, este Orçamento traduz-se em medidas concretas. Isto não é mais que o orçamento do programa eleitoral que foi sufragado e é um programa para quatro anos. Temos “N” atividades.* -----

----- *Na intervenção social, continuamos com os programas para combater a solidão, promoção da saúde mental, o envelhecimento ativo saudável, reforço nos apoios sociais que tanta falta faz.* -----

----- Temos na cidadania e participação a criação de uma plataforma permanente de participação, reforço do orçamento participativo, queremos implementar também o orçamento participativo jovem. -----

----- Na segurança e proteção civil, a insistência para o reforço da iluminação pública, a continuação da instalação de desfibriladores, que ainda nos faltam alguns, promover também mais ações de formação dos DAEs, reforçar a nossa unidade local. -

----- Na economia local e comércio, revitalização do comércio tradicional, dinamização dos mercados reunindo e ouvindo as pessoas, mobilidade e estacionamento, requalificação de pavimentos, melhoria da sinalização, tentar reorganizar o estacionamento para devolver lugares aos residentes. -----

----- Educação e juventude, criação do espaço de estudo 24 horas, bolsas para aprender inglês, programas para crianças e jovens e apoio a crianças com necessidades educativas especiais. -----

----- Desporto e associativismo, apoio a clubes e projetos desportivos, manutenção da escola de futebol, diversificação de modalidades e reforço do projeto Intervir. Queremos também apoiar as coletividades e as associações locais, porque elas são a alma da nossa comunidade e é isso que mantém a nossa Freguesia ativa. -----

----- Espaços verdes e espaço público, melhoria do imobiliário urbano. Queremos conservar e reabilitar todos os jardins com automatização de rega e lançar o concurso "O Melhor Jardim em Casa". -----

----- Na cultura, promover eventos, feira do livro, concertos, apoios aos nossos artistas locais. -----

----- Higiene urbana, reforço dos recursos humanos. Queremos abrir um concurso brevemente, um procedimento concursal para reforçar os nossos recursos humanos. Reforçar ações de limpeza, promover campanhas ambientais e valorizar as boas práticas com a implementação do projeto "Um Bom Vizinho". -----

----- Em suma, este é um plano para cuidar das pessoas, proteger os nossos bairros e garantir que a Freguesia da Misericórdia continue a ser um lugar com vida, de história e sobretudo de futuro. -----

----- Porque quando cuidamos, a Misericórdia vive." -----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** desejou a todos um bom mandato, estavam ali para fazer a Junta e Freguesia o melhor possível e melhorar a vida das pessoas que ali viviam, que tinham ali negócios ou visitavam a Freguesia. Era o papel de todos ali e seria importante que todos tivessem isso bem presente e que o sucesso do Executivo fosse traduzido pelo sucesso da Freguesia. -----

----- Disse que se reuniram no dia 22, com a Senhora Presidente, estiveram os dois a falar para perceber qual era o propósito do Orçamento, uma reunião bastante interessante. Também estiveram com o colega do Executivo na semana passada e foi importante haver essa abertura e perceber que o objetivo de melhorar a vida de todos era o principal. Era a isso que se dedicavam. -----

----- Tinham em mãos um Orçamento que do lado da despesa para 2026 tinha pouco mais de sete milhões e meio de euros e tinha-se dado ao trabalho de somar todas as rubricas que eram qualificadas como "outras despesas", "outros serviços", "outros trabalhos especializados". Totalizavam cerca de 1.300.000 euros que eram atribuídos com essas rubricas com "outros", representando cerca de 20% do Orçamento para 2026. Daí destacava a higiene urbana com "outros serviços", 365.000 euros, que era uma categoria de despesas extremamente grande e genérico. Nos espaços verdes e espaço

público, também em "outros serviços", estavam cerca de 260.000 euros orçamentados, uma categoria muito substancial e vaga.-----

----- Para os órgãos da autarquia, em "outros trabalhos especializados" tinham cerca de 70.000 euros e "outros serviços administrativos" com 25.000 euros. -----

----- Na intervenção social e saúde tinha um aumento substancial nas despesas de capital para edifícios que estavam classificados como "outros" no plano plurianual, para 2027 cerca de 200.000 euros e para 2028 cerca de 215.000 euros. Embora no PPI fosse esclarecido que isso se referia à recuperação e requalificação do edifício na Rua de São Marçal nº 7, a linha orçamental genérica continuava a ser bastante vaga. Isso era um projeto de magnitude e que deveria ter uma classificação mais específica e transparente num orçamento mais detalhado, até porque o grande compromisso financeiro que esse projeto acarretava não devia estar classificado como "outro edifício", devia ser uma rubrica com algum destaque principal, dada a sua importância e relevância para a Junta de Freguesia. -----

----- No fundo era perceber se conseguiam dar uma explicação mais detalhada, porque se levantavam algumas questões. A primeira era em relação à Rua de São Marçal nº 7, qual o faseamento planeado para 2027 e 2028, qual a razão de um projeto dessa dimensão e com esse impacto financeiro não estar devidamente pormenorizado no Orçamento inicial, mas sim mascarado dessa forma genérica de "outros", sendo que uma das responsabilidades dos executivos políticos que gastavam o dinheiro das pessoas em geral era a transparência da informação e divulgação de dados relevantes. --

----- Era por isso que como representante da Iniciativa Liberal, que primava por esses princípios, gostava de ter uma lista detalhada de todas essas que totalizavam 1.300.000 euros e, em caso de não existir essa lista detalhada, pelo menos que apresentassem um raciocínio que levou a orçamentar essas rubricas nesse montante. -----

----- No que tocava à higiene urbana, que era um dos problemas centrais da Freguesia e para o qual deviam encontrar soluções a longo prazo, estavam orçamentados para o ano 2026 cerca de 310.000 euros em horas extraordinárias. Também tivera oportunidade de falar na semana anterior, mantinham-se consistentemente elevados ao longo dos anos seguintes. Esse valor era excecionalmente alto para uma única categoria de despesas em qualquer departamento e representava uma parcela muito significativa dos custos com pessoal para a higiene urbana, mas mais importante que o valor em si era o facto de levar a concluir de certa forma que havia uma clara falta de pessoal. Se eram apresentadas horas extraordinárias era porque provavelmente não conseguiam encontrar as pessoas para suprimir essas necessidades que a Freguesia tinha. -----

----- Na sequência dessa lógica a pergunta era como as Junta justificava esse valor tão avultado de horas extraordinárias para um serviço que devia ser planeado com um quadro de pessoal adequado, qual o plano do Executivo para contratar mais pessoas para a higiene urbana. Já houve oportunidade de lhe darem alguma justificação nesse sentido, mas fazia sentido partilhar essa resposta com os restantes Membros e com os fregueses que estavam a ouvir, se conseguiam garantir aos fregueses que a higiene urbana iria funcionar de forma eficaz com a estrutura atual e se as pessoas que planeavam contratar iriam melhorar os serviços e de que forma o iriam fazer, que medidas estavam a ser tomadas para otimizar o planeamento das tarefas e o quadro de pessoal de forma a reduzir drasticamente essa despesa e garantir uma maior eficiência. -----

----- De forma a conseguir perceber melhor a realidade, gostaria de pedir um mapa detalhado das horas extraordinárias por trabalhador e por mês, para uma justificação

0
de
#

específica para a sua realização, eliminando o nome das pessoas por uma questão de partilha de dados pessoais, que também não era esse o propósito. -----

----- No que tocava às despesas com o pessoal em regime de tarefa ou avença e olhando para a CAF em particular, tinham orçamentados 154.500 euros para o ano 2026. A informação que tinham era que a CAF tinha nove pessoas a receber 11.400 euros por ano e duas pessoas a receber 12.000 euros por ano, o que totalizava 126.600 euros. A pergunta que gostaria de fazer era onde estavam os 27.900 euros, que também já tivera oportunidade de falar sobre isso, e se podiam chegar à conclusão onde estava esse dinheiro alocado, se foi uma questão de prevenção porque estavam a pensar contratar mais pessoas. Também perceber se existia essa discrepância noutras alíneas, como por exemplo na seguinte, que em vez de ser para a CAF era para a Intervir. Perceber se havia alguma discrepância no valor real das pessoas que estavam a trabalhar e o valor que estava orçamentado para os programas em causa. -----

----- Olhando para as despesas de representação, eram orçamentados 13.300 euros, para prémios e condecorações e ofertas cerca de 10.000 euros, o que totalizava à volta de 23.000 euros para 2026 em despesas discricionárias. Compreendiam que fosse uma escolha política, podia-se atribuir esses prémios da forma que entendessem, só mais uma vez gostaria de perceber se havia um planeamento alocado para essas despesas de representação e para esses prémios que planeavam oferecer no ano seguinte.-----

----- Relativamente aos órgãos da autarquia, tinham cerca de 168.000 euros orçamentados em seguros e, embora fosse necessário existirem os seguros, era um valor substancial que devia ser regularmente revisto para garantir que tinham sempre a melhor oferta nos seguros que a Junta contratava, que era um preço competitivo e adequado para as necessidades da Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que não podia estar mais de acordo com aquilo que acabou de ser dito e que dizia respeito à necessidade de ir aprimorando a especialização de cada umas das rubricas e como profissional da área e professor de gestão devia dizer que essa era uma das suas preocupações. Tencionava levar essa preocupação para dentro daquilo que seria a prática futura da Freguesia.-----

----- A Junta não teve nada a ver com isso, mas deu-se a circunstância de estar no meio de um processo de certificação enquanto cientista, tinha estado fora num congresso científico e foi complicado fazer essa gestão toda, mas essa era uma preocupação e concordava que as verbas “outras”, que existiram sempre, teriam que ser reduzidas ao mínimo indispensável. Cada ano que passava, com a experiência que iam adquirindo, iam conseguindo antecipar a composição dessas verbas, não obstante haver sempre.-----

----- Tinha um professor de contabilidade que lhe dizia haver sempre um índice que tinham de ter para determinado tipo de circunstâncias. -----

----- Quanto às horas extraordinárias, a pergunta deu a resposta. De facto, infelizmente era uma necessidade. Era evidente que o quadro de pessoal não estava completo, era insuficiente, mas também era verdade que cada vez que a Junta fez concursos para a contratação de pessoal teve enormes dificuldades em conseguir cumprir o preenchimento do quadro de pessoal. -----

----- Acrescia depois a tudo isso um conjunto de circunstâncias, como fossem por exemplo os direitos de mobilidade por parte do pessoal, que era importante ser assegurado. Também a dificuldade que era conseguir contratar pessoas para determinado tipo de funções. As circunstâncias em que se moviam não facilitavam essa contratação e significava que tinham que trabalhar com um quadro reduzido. As

necessidades mantinham-se, a higiene urbana tinha que ser garantida e precisavam de reforçar isso através de um trabalho suplementar. -----

----- De facto não tinham um quadro completo, por muito esforço que se tivesse feito para o conseguir. Brevemente teriam novamente mais procedimentos de contratação e de seleção e ver se iam conseguindo resolver esse problema. Diria que algumas iniciativas políticas recentes a nível nacional também não estavam a facilitar muito esse tipo de contratação. -----

----- Em relação ao CAF e os valores que apareciam em remunerações, era preciso não esquecer que havia um conjunto de iniciativas promovidas pelas Juntas de Freguesia que tinham uma sazonalidade associada. Essa sazonalidade, que era própria de certo tipo de atividades como as que aconteciam na época do Natal ou fim do ano, ou aquelas que aconteciam na época das férias, a necessidade que tinham de estar junto de determinado tipo de extratos populacionais para lhes poder proporcionar determinado tipo de atividades que de outra forma não teriam acesso a elas, como fosse o Praia Campo, ou os passeios de Natal, por aí fora, exigiam um conjunto de recursos que não eram da Junta. Não fazia sentido, do ponto de vista da gestão parcimoniosa, ter recursos que eram muito necessários durante o período de julho e setembro e depois não ter essa ocupação durante os restantes meses. -----

----- Muitos desses valores não podiam ser divididos pelos onze, eram o valor afeto ao trabalho contratado para aquilo fim específico. -----

----- Também acontecia e acrescia em relação a isso que a Junta satisfazia um determinado tipo de necessidades que como cidadão tinha sérias dúvidas se não seriam uma obrigação do Estado Central, nomeadamente no que respeitava ao acompanhamento de cidadãos, de vizinhos que tinham necessidades educativas especiais. Esses cidadãos tinham um custo associado de técnicos, alguns especializados, que não eram trabalhadores da Junta. -----

----- Quanto à questão dos seguros, estava nesse momento exatamente a fazer a relação exaustiva de todos os seguros. Os seguros não venciam todos na mesma altura e tiveram que ser renovados sem haver uma análise crítica da situação em que estavam, mas o que estava a trabalhar com os serviços, nomeadamente com o chefe de serviço que tinha essa responsabilidade e que só muito recentemente começou a prestar serviço na Junta de Freguesia, estavam a trabalhar para visitar todos os contratos de seguros, incluindo o contrato que tinham com a corretora, para tentar garantir que havia uma adequação em relação ao mercado. -----

----- As duas preocupações manifestadas eram também as suas preocupações e já tivera conversas com a Senhora Presidente sobre essa matéria. -----

----- Do ponto de vista da intervenção contabilística, estavam de facto a fazer alguns processos. Tinha sido difícil, ao longo do tempo falara com pessoas que tiveram preocupações como essas no passado e era muito complicado fazer algumas coisas. Tanto o Código de Contratação Pública como as regras contabilísticas da administração pública nem sempre eram as mais fáceis. Já tinha trabalhado com contabilidade bancária, com contabilidade financeira e quando chegavam à contabilidade pública costumava dizer aos seus alunos que aquilo não foi feito para simplificar a vida de ninguém. Tinham que ir tentando resolver as coisas conforme podiam e tendo essas preocupações. -----

----- Havia um quadro no Orçamento, na página 34, que se chamava resumo das despesas 2025 versus 2026 e existia um conjunto de movimentos com decréscimos e aumentos de determinadas grandes verbas. Por exemplo a aquisição de bens e serviços

crescia, em 2026 face a 2025, 318.000 euros e não crescia porque o senhor contabilista se lembrou. Havia uma razão para isso e que também tinha muito a ver com as questões de transparência. Estavam a comparar dois orçamentos, mas acontecia que o orçamento de 2025 tinha as seguintes características: tinha transições de 2024, havia despesas que transitavam de 2024; foi sujeito a vários orçamentos rectificativos que foram integrando despesas que, entretanto, eram identificadas. -----

----- Ao fazerem essa alteração de 2.554.000 para 2.868.000, o que estavam era a antecipar à dotação, reduzindo assim o risco da necessidade de retificações posteriores e por outro lado estavam a reforçar a capacidade de negociação com os fornecedores, porque não precisavam de negociar dizendo que iam retificar o Orçamento. Já estava a dotação orçamental identificada e aprovada e, portanto, a capacidade de lançar concursos, ir ao mercado, por aí fora, reforçada. -----

----- A expectativa que tinha naquele momento com a alteração, seria uma pergunta que faria, esses 316.000 euros não resultavam por haver um aumento em aquisição de bens e serviços, mas porque havia uma regularização orçamental que dava maior conforto na forma como iam gerir até abril e depois para o futuro, até abril porque era a próxima Assembleia. -----

----- Havia um valor que decrescia substancialmente, um milhão de euros, que era o valor da aquisição de bens de capital. Isso tinha a ver com o facto de acabarem os CDCs e esse impacto era significativo. Veriam o que ia acontecer quando a Câmara Municipal clarificasse essa matéria, esperava que fosse rapidamente. Teriam que fazer, mais cedo ou mais tarde, ou não haveria maneira de fazer as limpezas. Esperavam essa clarificação e depois logo viam o que seria necessário acolher dentro do desenho orçamental. -----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** disse que relativamente às rubricas na educação, que tinham pessoal em regime de tarefa ou avença e depois tinha das CAFs. Não sabia se foi por lapso que esqueceram das AAAs, porque as CAFs eram os monitores e animadores do primeiro ciclo e as AAAs eram animação e apoio à família de jardim de infância. Queria perceber onde estava o vencimento desses monitores. -----

----- O Executivo mencionou que eram temporadas sazonais, a parte do Verão em Movimento, o Natal em Movimento, mas os CAFs e as AAAs correspondiam ao tempo letivo depois das aulas. Os monitores estavam ali discriminados, o Intervir, o CAF, era bom também as AAAs, que faziam parte. Existia o CDC bianual que terminava agora em 2026, sabia perfeitamente que o dinheiro do CDC não era suficiente para executar os serviços e seria importante fazer a separação do que era o CAF, a AAAs, o Intervir e as atividades extracurriculares dos diversos tempos. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que só referia CAF, mas estavam também os valores de AAAs. -----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que queria tecer algumas considerações sobre o quadro de pessoal. Tivera oportunidade de visitar vários locais de trabalho da Junta de Freguesia e tinha constatado que em muitos deles havia falsos recibos verdes. Eram trabalhadores que cumpriam os horários totais, que tinham superiores hierárquicos a olhar por eles e, no entanto, alguns já estavam com recibos verdes há bastantes anos. Dai que pedia que fossem revistas essas situações de falsos recibos verdes. -----

----- Sabia que alguns casos eram sazonais e tinham que ser feitos por recibos verdes, mas manter um trabalho permanente por vários anos a recibos verdes, isso não era legal para uma Junta de Freguesia. Eram falsos recibos verdes e não verdadeiros. -----



----- Era essa questão que queria colocar. Já foram colocadas questões sobre o Orçamento com as quais estava de acordo. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que depois das intervenções do Membro Miguel da Rocha e do Senhor Tesoureiro era só apagar questões, basicamente iam apagando e se sobrasse alguma coisa no fim faziam a intervenção. -----

----- Partilhava da questão dos CDCs e gostava de saber se tinham algum plano de recuo. Tinham o CDC da Residencial Mais, em que sempre foi dada abertura para ir evoluindo esse CDC e todos sabiam que as Juntas de Freguesia necessitavam dos CDCs, não só para cumprir aquilo a que se propunham, mas que muitas vezes conseguiam capitalizar para outros projetos. As Juntas conseguiam de certa forma poupar executando bem o trabalho e com isso ficar com alguma margem de manobra a nível de tesouraria. -----

----- Queria então questionar se tinham algum plano de recuo nesse sentido. -----

----- Iriam premiar os comerciantes, divulgar o comércio local através da iniciativa Loja do Mês, premiar o “bom vizinho”, que era um estabelecimento que se comportava como devia e não tinha que ser premiado como bom vizinho, isso era o vizinho do lado que ajudava os outros. Depois tinham o concurso do melhor prato e melhor sobremesa. Era tudo voltado para o comércio, quando em abono da verdade a população, que devia ter um bom prémio para aturar aquilo que aturava de muitos comerciantes, não havia nada. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que já muito foi feito, porque antigamente ser o POCAL e agora a normalização estar a ser feita através das empresas já era uma grande ajuda para as autarquias, mas tinha muito para evoluir e concordava com isso. O que perguntava era se tinham a indicação da taxa de execução do Orçamento de 2024. -----

----- Relativamente ao investimento à volta de 272 mil euros, saber qual era o destino., onde iria a Junta de Freguesia intervir. A Senhora Presidente disse que seria grande parte para obras, mas saber que obras eram. Acreditava que também tivesse a ver com a Rua de São Marçal. No fundo, qual seria o plano de investimento da Junta de Freguesia. -----

----- Uma preocupação que tiveram durante a campanha eleitoral, que lhes foi passada e que se podia verter um pouco no Orçamento, que era a questão do aumento da capacidade de resposta na Praia-Campo, tanto normal como sénior. Isso não estava propriamente dito nas GOP, não estava lá escrito se era intenção da Junta de Freguesia ampliar essa oferta -----

----- Depois havia uma questão que não estava na descrição e estava no Orçamento, que não conseguia perceber muito bem, o programa Casa Aberta. Não sabia ser era uma coisa que já existia antes, mas não lhe parecia e não estava explicado o que era. Tinha uma rubrica de 35 mil euros e gostava de saber o que era esse programa e queria perceber esse programa, se estava regulamentado, que critérios existiam ou não. -----

----- O concurso de contratação que a Presidente referiu relativamente às pessoas para reforço da higiene urbana, saber mais ou menos a estimativa de pessoas que estavam a pensar contratar. -----

----- Relativamente à proteção civil, saber se era intenção da Junta apoiar o grupo local de proteção civil ou não e se iam dar condições. Sabia de Juntas de Freguesia que tinham apoiado bastante os grupos locais e que faziam investimento de comunicação e tudo o mais para isso. -----

----- Como era público, a base.gov era uma fonte de informações bastante útil relativamente ao trabalho da Junta de Freguesia. Houve uma contratação que foi feita a 26 de novembro de 2024 referente à prestação de serviços de consultoria no âmbito de

monitorização e gestão de contratos públicos no triénio de 2022 a 2024. Queria saber se os relatórios foram produzidos ou não, porque segundo a consulta que tinha feito do contrato ele reverteu reflexões, que reflexões foram essas? Parecia-lhe que não adiantou pagar 19 mil euros a essa empresa, Teresa Barroso Consultores, porque a Junta de Freguesia pouco ou nada fez relativamente àquilo que devia ser óbvio e não havia nenhum contrato da Junta de Freguesia fechado na base.gov desde 2022. -----

----- A empresa foi contratada para fazer monitorização e gestão de contratos públicos e a sua questão era quais as credenciais que essa empresa tinha para ser contratada novamente. Consulta prévia foi o ato utilizado e queria saber quais foram as empresas consultadas, para além dessa, para prestação de serviços de consultoria e gestão, incluindo análise e apoio técnico de serviço de aprovisionamento. -----

----- Houve uma coisa que se fez bem, contratos de 2016 que foram publicados em 2022 e achava isso perfeito, só que não estavam fechados e a Portaria 318-B, de 2023, no seu artigo 8º, dizia que a partir do momento em que um contrato era assinado tinha que estar obrigatoriamente no portal base.gov vinte dias a seguir. Se não estivesse, não estava em vigor. Portanto, até agora a Junta de Freguesia gastou dinheiro sem eles estarem em vigor. A questão que colocava era o que pensavam fazer relativamente a essa questão, porque isso para si era grave. Não estar um único contrato fechado significava que estavam todos ativos, contratos de 2016. -----

----- Queria saber quais os resultados da consulta prévia, que empresas foram consultadas, se esse aprovisionamento seria inserido em estudos, pareceres, projetos e consultadoria. A pessoa destacada na empresa, diziam se quisessem, se não quisessem respeitava o RGPD, mas de facto parecia-lhe que tendo sido contratada essa empresa e tendo feito agora um plurianual com essa empresa, sendo que o primeiro contrato não correu bem, para si era bastante significativo que a Junta de Freguesia estava irregular há bastantes anos e isso não podia continuar a acontecer. -----

----- A base.gov, apesar de tudo, era a transparência da Junta de Freguesia e não havia nenhum contrato fechado. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a Residencial Mais era um projeto que já transitou da antiga Junta de Freguesia das Mercês e que gostariam muito que fosse para a frente porque tinha valências cada vez mais essenciais à população da Freguesia. Era uma unidade onde as pessoas poderiam ter cuidados de saúde para pessoas que fizeram uma operação e estavam sozinhas, teriam sempre ali uma valência. Outra era para os cuidadores, que também ficavam exaustos. Se o cuidador queria ir passar um fim-de-semana deixava ali o seu familiar e ia descansado. -----

----- Muito gostariam de concertar pontes, diálogos, falar com a Câmara, tentar PRR, tentar programas na União Europeia para levar esse projeto avante. Seriam uma Freguesia com uma valência que muitas gostariam de ter e isso iria mudar a vida das pessoas na Freguesia da Misericórdia. Quisessem ou não, tinham população muito envelhecida e também os filhos e netos, que depois tinham que suportar toda essa situação. Gostaria muito que esse projeto fosse para a frente. -----

----- Sobre premiar os comerciantes, tudo o que estava nas GOP foi apresentado à população na altura da campanha eleitoral, foi esse o programa eleitoral que ganhou as eleições. O comerciante também estava a ajudar o morador e podia dizer que tinham muitos comerciantes que iam levar a comida a casa do vizinho, que viam se o vizinho tinha mantimentos, se tomou banho, se esqueceu a consulta. -----

----- Já se tentou de várias formas mudar a noite, mudar a forma de vivenciar o território e tinham que se unir todos, sentar à mesma mesa e criar plataformas de diálogo, porque



também estavam a premiar o comerciante quando iam às iniciativas com os copos. Não deixava de ser comerciante, mas se calhar estava a ajudar o próximo. -----

----- Tinha que haver sinergias, estavam todos no mesmo território e cada um podia dar um pouco daquilo que tinha, dar a sua parte e fazer o melhor.-----

----- Também havia prémios para o melhor aluno do quarto ano da Escola das Gaivotas e da Escola Padre Abel Varzim. Eram mil euros para o melhor aluno, para depois ir para a faculdade. Teriam uma bolsa, que isso não era dinheiro efetivo, mas para terem aulas de inglês. Iriam criar apoios para as crianças com dificuldades educativas especiais.-----

----- Isso era um plano para quatro anos, não conseguiam fazer tudo do pé para a mão. Sabiam bem onde estavam e o que queriam, sabiam que esse programa era para cumprir e iriam procurar ajuda em todos os lados.-----

----- Quanto ao programa Casa Aberta, era um programa da Câmara, a gestão de equipamentos. Nesse momento estavam a fazer pequenas reparações em casa das pessoas, como por exemplo uma casa que reabilitaram na Bica, que era o Senhor Agripino. Havia pessoas que deixavam de ter mobilidade, que precisavam de ir à casa de banho, tiravam-se as banheiras e colocavam-se poliban ou aquelas grades para as pessoas andarem.-----

----- Era uma questão de irem ter com a Junta, realmente a ação social funcionava e queriam aumentar isso, não queriam só os 35 mil. Se calhar faziam muitas feirinhas para com a receita tentar fazer aquilo que o Gonçalo disse, aumentar o número de pessoas para ir à Praia-Campo, tanto sénior como juvenil e infantil, levar os meninos da pré também.-----

----- Queriam também dotar um grupo local de proteção civil. Aliás, a partir de janeiro começariam a pedir voluntários, a tentar ter formação da parte da Câmara.-----

----- Em relação ao relatório das auditorias, esses relatórios foram feitos, foram auditados os processos anteriores. Tiveram alguma dificuldade nos serviços técnicos, nesse momento não foi à toa que foram buscar uma chefe de divisão para abarcar essa área. Tinham uma missão importante, o base.gov tinha que ficar limpinho, fazia-se um contrato e assim que era assinado tinha que ser publicado. Depois podia fazer chegar os relatórios, pedia que lhe dessem um pouco de tempo e enviava para o mail da Assembleia. Era para aí que queriam caminhar, tudo publicado e transparente.-----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que não referiu se a Casa Aberta estava regulamentada e que critérios tinham.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que as normas iam da parte da Câmara e também podia enviar, era só pedirem.-----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que queria perceber tudo sobre o contrato que foi assinado agora com essa empresa Teresa Barroso Consultoria, qual era o resultado da consulta prévia, quais as empresas contactadas. Se fossem procurar em algum lado, essa empresa estava a contratar agora para apoio social e escolar, era uma abrangência gigantesca. Não tinha nada contra a empresa, mas não parecia que fosse uma empresa especializada e se monitorizou e fez a gestão dos contratos públicos de 2022 a 2024 que pelo menos não os fechou, publicou contrato até 2016 e não os fechou.

----- Até podia dizer que era um contrato de reparação automóvel e quando ele foi publicado. Foi um ajuste direto de aquisição de serviços, a data do contrato era 12 de dezembro de 2016, contrato de 120 dias, foi até 11 de abril de 2017 e só foi publicado a 3 de junho de 2022. Era a Bisware CMS, um contrato de 22 mil euros. Era importante isso estar regulado e, uma vez que isso correu mal, queria perceber por que razão essa empresa foi contratada novamente. Queria saber qual era o resultado da consulta prévia

e que empresas foram consultadas, se pudessem dar o resultado dessa consulta prévia agradecia.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que era uma questão de solicitar os documentos, que eram públicos, expurgando os dados pessoais.-----

----- **Membro Miguel da Rocha (IL)** disse que acreditava genuinamente que era um desafio complicado, apenas com um mês e pouco de mandato estar a fazer o Orçamento para o ano 2026, ainda por cima quando havia pessoas novas nessas funções.-----

----- Sobre os cerca de 20% que estavam atribuídos a outras despesas, se lhe dissessem que 20% do seu salário ia para outros gastos ficaria preocupado e, portanto, a pergunta era se previam fazer outros orçamentos retificativos onde essas rubricas iam sendo espalhadas por rubricas mais concretas.-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que o que podia garantir nesse momento era que o seu esforço seria permanente para reduzir ao mínimo indispensável aquilo que eram outros custos não especificados. Aquilo que conseguisse até à próxima Assembleia seria refletido, mas não se podia comprometer a fazer. A preocupação era essa e se justificasse fazer um orçamento retificativo fariam, se não se justificasse fariam quando fosse o momento. Esperava não ter sequer essa conversa daí a um ano. --

----- Agradecia o comentário feito pelo Membro Gonçalo Armindo, que era de facto muito interessante. Na sua primeira experiência autárquica tinham uma coisa chamada POC, tinham vindo a evoluir e ainda bem que assim era, mas nesse momento tinham outro desafio, nomeadamente a norma 26. A sua primeira reunião depois da tomada de posse foi precisamente sobre o tema da norma e não diria quais as conclusões, porque era um processo que estava em construção e estava seguro que toda a gente ali presente, estivesse no Executivo ou na oposição, ficaria com certeza muito satisfeita se em conjunto conseguissem liderar esse processo e serem um bocadinho diferentes dos outros, um bocadinho melhores. Se num universo de 24 conseguissem ser um *primus inter pares* seria fantástico.-----

----- Estavam a trabalhar para isso, para conseguir dar ainda maior transparência àquilo que já estavam a fazer e para conseguir evoluir em termos de indicadores de gestão. ----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que assim valia a pena, porque se entendeu que as questões feitas não eram um ataque. A forma aberta como explicava, como respondia, de forma descomplexada e não entendia isso como um ataque pessoal, isso era o verdadeiro exemplo.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano, Orçamento e PPI 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- **Ponto 3 - Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da JFM para 2026;**-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que o quadro de pessoal era só de pessoas que estavam nos quadros. Em relação aos recibos verdes, não sabia o que o Membro José Diniz se estava a referir, porque podiam estar a falar das pessoas dos CAFs e

AAAFs, que eram competências delegadas. Tinham poucos recibos verdes, quase nenhuns e tentavam sempre promover concursos para que as pessoas estivessem integradas.-----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que havia pessoas que estavam a tempo inteiro e há vários anos, eram falsos recibos verdes e recebiam ordens de um superior hierárquico. Essa gente tinha que ser englobada no quadro.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** explicou que essa competência era delegada. Agora era da Junta e depois podia acontecer como o CDC da higiene urbana e ser retirada. Não tinham no Mapa de Pessoal essa área, não podiam assumir esse compromisso.-----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que não assumiam esse compromisso, mas foi a Junta que os contratou.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** respondeu que foi com base na delegação de competências. Tinham que contratar os monitores, ou não conseguiam fazer o trabalho. Podiam sempre sugerir à Câmara Municipal de Lisboa que os tentasse integrar, porque era uma competência deles.-----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que eles não eram funcionários da Câmara, eram funcionários da Junta, porque era a Junta que os contratava e lhes pagava.-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** referiu que a Junta de Freguesia tinha um Mapa de Pessoal calculado em função das suas competências. Havia um conjunto de competências e as Juntas de Freguesia, não era essa em particular, tinham um Mapa de Pessoal em função das suas competências. Acontecia que em determinado momento alguém achou e bem que havia competências centralizadas nas Câmaras Municipais e que deveriam ser transferidas para as Juntas de Freguesia porque a proximidade com as populações locais e com a problemática local permitiria fazer uma gestão mais qualificada.-----

----- Porém, aquilo que as Câmaras Municipais não fizeram, porque também a legislação não permitia, foi que não transferiram para a Junta de Freguesia como competências próprias, eram competências da Câmara Municipal que estavam delegadas através de um contrato e que por isso mesmo eram eventuais. Qualquer competência delegada agora podia não ser delegada no futuro.-----

----- Era verdade que nos últimos anos a competência tinha estado na Junta de Freguesia, mas como outras competências que estiveram nas Juntas de Freguesia e de um momento para o outro deixavam de estar, pela conceção política da Câmara, essa competência também podia no futuro não estar.-----

----- Não iam encontrar ninguém em nenhum Executivo de Junta que fosse mais contra esses regimes contratuais e muito menos com contratos a prazo, mas decorria da gestão da coisa pública a necessidade de garantir que a adequação do quadro de pessoal era feita em função das competências da Junta de Freguesia.-----

----- Ou a Câmara Municipal conseguia encontrar um mecanismo legal para transferir essas competências e as dotações orçamentais necessárias para a sua execução, acabando com a delegação de competências e as Juntas de Freguesia passavam a assumir, sendo o Mapa de Pessoal redesenhado em função disso, ou a delegação de competências mantinha-se e era efémera.-----

----- Era isso que explicava essa situação de facto muito incómoda para todos e sobretudo para a pessoa em causa, mas não tinha enquadramento numa gestão parcimoniosa da coisa pública contratar essas pessoas sem saber o que ia acontecer com elas. Infelizmente era assim.-----

----- Concordava numa coisa, que todos enquanto cidadãos tinham necessidade de lutar para que essas delegações se transformassem em transferências, isso já devia ter acontecido. Infelizmente, havia um processo de reorganização da cidade iniciado em 2029 e que foi interrompido em determinado momento e encontrara-se esses mecanismos, que de facto tinham esse *handicap* de ser uma delegação. Era uma delegação e daí a quatro anos logo se via o que ia acontecer, não sabiam.-----

----- Uma coisa era certa e estava mais que demonstrado, a execução das tarefas delegadas às Juntas de Freguesia eram melhor desempenhadas do que alguma vez aconteceu pelas Câmaras Municipais e mesmo pelo Estado Central, porque o poder político de excelência era o de proximidade, aquele que estava junto das populações. Já era altura do Estado perceber que essas competências tinham que ir para as Juntas de Freguesia.-----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que a Junta de Freguesia não podia ter os seus funcionários em precariedade permanente, porque o falso recibo verde era uma precariedade total e a Junta de Freguesia estava a pactuar com essa situação e isso tinha que acabar.-----

----- Sabia o que estava a dizer, foi sindicalista durante 40 anos e tinha falado com as pessoas, não ia para ali de peito aberto sem ter falado com as pessoas.-----

----- Até queria dizer mais uma coisa, na greve geral, não na última, mas na anterior, foi feito um comunicado da Junta para que os funcionários que estavam nessa situação não podiam fazer greve. Portanto, esse tipo de situações eram uma precariedade total.-----

----- Iria estar atento a isso, quando se assumia um contrato com a Câmara Municipal para transferência de poderes para a Junta de Freguesia, que a situação dos trabalhadores estivesse assegurada e não mais um e outro precário.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não sabia quais comunicados estavam a falar e isso era uma acusação grave. Preservavam os direitos de todos os trabalhadores, era uma Junta que até assinou os acordos coletivos com os três sindicatos. Ali as pessoas eram livres de fazer o que quisessem e quem queria fazer greve fazia greve.-----

----- Era uma acusação bem grave e gostaria de saber quem fez esse comunicado. Se foi na outra convinha dizer quem foi e que data foi, ou depois cada um podia julgar o que queria e interpretar da pior maneira. As coisas não podiam ser ditas assim dessa forma, se havia evidências demonstrassem, porque ninguém do Executivo fez qualquer tipo de comunicado.-----

----- **Membro José Diniz (PCP)** disse que foi na greve geral de 2014.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que eram coisas anteriores e se depois estivesse na posse dos factos referidos que fizesse chegar a quem de direito, ao Executivo. Nisso também era liberal, achava que as pessoas tinham o direito à sua opinião. Eram eleitos para os órgãos representativos, mas também tinham a sua opinião enquanto cidadãos.-----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que era para ter colocado essa questão na parte orçamental, porque isso entroncava muito no debate de ideias na parte orçamental. Na realidade, o Mapa de Pessoal não espelhava bem os colaboradores que estavam ao serviço da higiene urbana, havia trabalhadores afetos à higiene urbana e que estavam a desempenhar outras funções na Junta de Freguesia, da mesma forma que tinham colaboradores nos CAFs e AAFs que desempenhavam outras funções dentro da Junta de Freguesia. Era lógico que não iam no Mapa de Pessoal porque estavam a recibos verdes, como bem já foi explicado.-----

----- Quando falavam que tinham necessidade de pessoal, tinham era que colocar as pessoas nos sítios certos. Não queria com isso dizer que uma pessoa que entrou para os quadros através da higiene urbana tivesse que ficar eternamente na higiene urbana, longe disso. Se pudessem requalificar a pessoa, se fosse possível no quadro para as funções que desempenhava, isso era perfeito, mas a realidade era que não tinham esse número de colaboradores a trabalhar na higiene urbana, tinham muitos colaboradores espalhados por diversos serviços a desempenhar a função. Da mesma forma na educação. -----

----- Não refletia bem o que era o Mapa de Pessoal. Eles estavam afetos lá, mas não colaboravam lá, eram coisas bastante distintas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o Mapa de Pessoal não tinha colaboradores, tinha trabalhadores. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que as pessoas tentavam a sua vida e queriam sair da situação de precariedade candidatavam-se e concorriam, passavam as provas de que estavam aptos para desempenhar o cargo, se depois pediam mobilidade para outras funções era um direito que lhes assistia. Tinham que dar uma oportunidade a todos e também queriam promover as pessoas, dar-lhes formação. -----

----- Quando havia concursos na Câmara Municipal de Lisboa, sempre incentivaram os colaboradores a participar nesses concursos para poderem entrar no quadro, porque não devia haver nada pior do que viver na incerteza de ter dinheiro para pagar a renda, ter dinheiro para comer, ter dinheiro para tomar conta dos filhos. -----

----- Em janeiro iriam estruturar o Mapa de Pessoal e não só, a estrutura orgânica também. Isso era o que podiam apresentar agora, em abril levariam novidades. -----

----- **Membro Pedro Duarte (PSD)** disse que mais uma vez lhe parecia um deturpar das palavras sem necessidade nenhuma. Tinha frisado bem que as pessoas entravam pela higiene urbana e depois ocupavam outros lugares e o que seria preciso era requalificar essas pessoas no quadro de pessoal. Ninguém atacou a dizer que não podia ser e quanto à questão de incentivar, essa casa sempre incentivou as pessoas a progredirem na carreira e não era só na carreira, era nos estudos. Isso não foi colocado em causa em nenhum ponto. -----

----- Até tinha feito um teste por um que depois andou a fazer o que fez, pediu para ir para a CML e meteu-o na CML a trabalhar e depois fez o que fez, mas isso eram contas de outro rosário para a campanha eleitoral. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que pretendiam contratar para a higiene urbana pelo menos umas dez pessoas. Tinham 31 vagas e tudo dependia do sucesso que iriam ter no concurso, que era feito por várias etapas e nem todos chegavam até ao final. Era uma área em que nem toda a gente queria trabalhar e tinham que recorrer muitas vezes a empresas externas para fazer os serviços. As pessoas na higiene urbana já estavam com uma idade quase em pré-reforma, muitas delas encontravam-se com serviços melhorados. Esse ano tiveram vários funcionários que se aposentaram e havia muitas baixas, era um serviço onde havia muito absentismo. -----

----- Eram no mínimo dez. Cada vez que faziam um concurso guardavam sempre uma lista de reserva para depois, à medida das necessidades ir colocando, mas na última não tiveram e houve pessoas que entraram e depois foram embora. -----

----- **Membro Gonçalo Armindo (PSD)** disse que tinha colocado essa questão porque no documento que foi partilhado não estava escrito quantas vagas havia disponíveis. Acreditava que dessas 31 fosse uma grande parte para assistente operacional, mas não dava para perceber se em encarregado operacional iam contratar alguém ou não, se para

assistente operacional iam contratar alguém ou não, porque simplesmente o documento não tinha nenhum número afeto a esse tipo de contratação. Conseguia deduzir que entre encarregado operacional e assistente operacional haveria cerca de 28 contratações das 31 da higiene urbana, até lá não conseguia perceber como seriam divididas entre encarregado operacional e assistente operacional. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que nesse momento tinham que pôr assistentes operacionais e não podiam meter encarregados só porque sim, tinha que haver um número mínimo de assistentes operacionais para poder. Depois veriam se isso estava correto e enviariam o mapa, podia ter sido um lapso e pedia desculpa. -----

----- Referiu que a verba recebida aquando da reforma administrativa, em 2013, continuava a mesma em 2025 e tudo isso se refletia. Depois tinham que fazer cortes e não queria dizer que fosse aí. Foi apresentada uma proposta pelo PS na Assembleia da República para retificarem os valores e essa proposta não passou. -----

----- Fariam o melhor e daí estar a dizer que esperava que os CDCs se mantivessem. Estavam disponíveis para trabalhar em prol do território e queria aceitar os que pudessem e que tivessem direito, mas não sabiam quais eram as regras. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal da JFM para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor e 5 abstenções. -----

----- **Ponto 4 - Ratificação dos contratos interadministrativos de cooperação do Município na Freguesia da Misericórdia, no âmbito da Higiene Urbana 2025 – Proposta nº 646/2025;** -----

----- **Ponto 5 - Ratificação do contrato de delegação de competências do Município na Freguesia da Misericórdia, no âmbito dos Espaços Verdes – Proposta nº 647/2025/CML;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não era mais nem menos do que os últimos seis meses desse CDC. Para poderem receber o remanescente desse contrato tiveram que assinar esses dois contratos de delegação na última Assembleia Municipal, para que a Câmara pudesse transferir a verba. A Junta tinha estado a investir dinheiro do seu Orçamento para colmatar essas falhas. -----

----- Assinaram o documento e já receberam as verbas. Achava que ninguém ia pôr em causa o facto de estarem a angariar fundos para poder gerir a Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Ratificação dos contratos interadministrativos de cooperação do Município na Freguesia da Misericórdia, no âmbito da Higiene Urbana 2025 – Proposta nº 646/2025** e do **contrato de delegação de competências do Município na Freguesia da Misericórdia, no âmbito dos Espaços Verdes – Proposta nº 647/2025/CML**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 7 votos a favor e 5 abstenções. -----

----- **Ponto 6 - Proposta Protocolos estagiários;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta Protocolo MBooks;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a Junta de Freguesia, em cada início de mandato, apresentava essa proposta para facilitar o procedimento do acolhimento dos estagiários que as escolas pediam e enviavam. O que se pedia era que autorizassem a receber os estagiários e comprometiam-se, quando eles chegassem, informar a Assembleia de Freguesia. O que não queriam era punir os jovens no seu percurso. -----

----- O protocolo com a MBooks era o que faziam para o mandato. A MBooks colaborava com a Junta de Freguesia da Misericórdia, fazia feiras do livro no território

da Freguesia e normalmente duas vezes por ano oferecia livros às crianças, no Natal ou nos Reis e no Dia da Criança. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta Protocolos estagiários** e a **Proposta Protocolo MBooks**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro não identificado** disse, sobre o protocolo do MBooks, também poderiam pensar num protocolo para as crianças que era a escola virtual, que dava acesso a professores primários para as crianças fazerem a nível digital. Sabia que existia noutras Freguesias, também deviam ter conhecimento disso. Era um bom projeto, visto que as crianças já estavam mais ligadas ao digital e era uma plataforma que os ajudava nas disciplinas, podia ser um bom protocolo na área da educação.-----

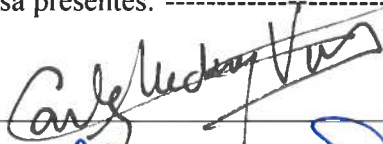
----- **Ponto 8 - Outros assuntos;** -----

----- (Não houve intervenções neste ponto) -----


----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, esgotada a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

PRESIDENTE



1ª. SECRETÁRIA



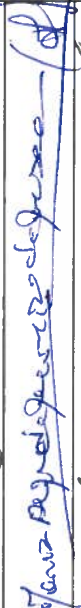


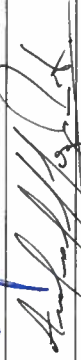



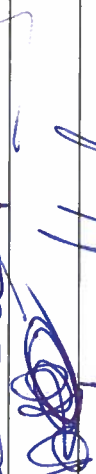




2ª. SECRETÁRIA



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA




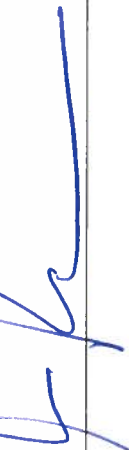
**LISTA DE PRESENÇAS
30 de dezembro de 2025**

Nome	Presente	Ausente	Substituído por	Assinatura
Carlos Victor	✓			
Ana Marques	✓			
Maria Alfreda Fonseca	✓			<u>Maria Alfreda Fonseca</u> 
Catarina Ramalho	✓			
José Pato		✗	Hugo Pachis	
Ana Sara Pinto	✗			
José Dinis	✓			
Pedro Duarte	✓			
Mariana Perry Vidal		✗		_____
Filipa Trem	✓			Ana Filipa Trem 
Gonçalo Armindo	✓			
Miguel Mendes da Rocha	✓			
Rafael Borges	✓			

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA

LISTA DE PRESENCAS DO EXECUTIVO

Data da Reunião da AFM: 30 de dezembro de 2025

Nome	Presente	Ausente		Assinatura
Carla Almeida	X		Substituída por:	
Henrique Ribeiro	X			
Diogo Lorena	X			
Sofia Benthinho	X			
Lúisa Rodrigues		X		



3

1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia

Edital 06/AFM/2025

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto nos artigos 11.º e 14.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos artigos 21.º e 24.º do Regimento da Assembleia de Freguesia da Misericórdia, convoco **uma Reunião** da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, para o dia **30 de dezembro de 2025**, pelas **19h00**, na Sede da Freguesia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia acerca da atividade desta, e da situação financeira da Freguesia;
- 2 Apresentação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento, PPI 2026
- 3 Apresentação, discussão e votação Mapa de Pessoal da JFM para 2026;
- 4 Ratificação dos contratos interadministrativos de cooperação do Município na Freguesia da Misericórdia, no âmbito da Higiene Urbana 2025 - PROPOSTA N.º 646/2025;
- 5 Ratificação do contrato de delegação de competência do Município na Freguesia da Misericórdia, no âmbito do Espaços verdes 2025 – PROPOSTA N.º 647 /2025/ CML;
- 6 Proposta Protocolos estagiários;
- 7 Proposta Protocolo MBooks;
- 8 Outros assuntos

Lisboa, em 22 de dezembro de 2025,

O Presidente da AFM

Assinado por: **CARLOS MEDRANO VICTOR**
Num. de Identificação: 08100736
Data: 2025.12.22 20:29:25+00'00'

-Carlos Medrano Victor-

Nota: A Ordem de Trabalhos será precedida de um Período de "Intervenção do Público" e de um Período de "Antes da Ordem do Dia", de acordo com os artigos 35º e 36º do Regimento da Assembleia de Freguesia da Misericórdia.



FW: Justificação de Ausência na 1ª Assembleia Extraordinária - 30/12/2025

De Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>

Data seg, 29/12/2025 14:15

Para J.F. Misericórdia <geral@jf-misericordia.pt>

Para atribuição de registo de entrada

JUNTA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA
REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTO ENTRADA Nº 3333 ANO 2025

RECEBIDO POR Jaqu

DATA 29/12/2025 REMETIDO PARA SERVIÇO Executivo

Carla Ribeiro Francisco
Coordenadora Técnica
Secção de Gestão Administrativa
carla.ribeiro@jf-misericordia.pt



Largo Dr. António de Sousa de Macedo N.º 7D
1200-153 Lisboa
Tel. 21 392 98 03
www.jf-misericordia.pt



Pense bem antes de imprimir este e-mail
Think before print this e-mail.

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nela contidos ou anexados destinam-se a uso exclusivo do(s) destinatário(s) e poderá conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou legalmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais, a pessoa ou entidade a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679-PE/C de 2016/27) e demais legislação aplicável, devendo manter em total confidencialidade e segurança os dados pessoais transmitidos. A Junta de Freguesia da Misericórdia informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano, a utilização, cópia, retenção, reprodução, distribuição ou reencaminhamento dessa informação é expressamente proibida e deverá proceder à sua eliminação imediata, sob pena de sujeição às competentes sanções legais.

De: mariana perry <mariana_perry@hotmail.com>

Enviada: 29 de dezembro de 2025 13:02

Para: carlosmvictor@hotmail.com

Cc: garmino95@GMAIL.COM; pedro.m.duarte@cm-lisboa.pt; Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>

Assunto: Justificação de Ausência na 1ª Assembleia Extraordinária - 30/12/2025

Atenção: ATENÇÃO: Este email teve origem fora da JF Misericórdia. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia da Misericórdia,

Venho, por este meio, informar que, por motivos de viagem previamente agendada, não poderei estar presente na 1ª Assembleia Extraordinária da Junta de Freguesia, marcada para o dia 30 de dezembro.

Adicionalmente, devido à mesma circunstância, não me será possível providenciar a minha substituição para esta sessão.

Agradeço a vossa compreensão e apresento os meus melhores cumprimentos.

Mariana Perry Vidal Fernandes de Almeida
+351 93 942 39 81


FW: AFM 30 DEZEMBRO

De Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>

Data seg, 29/12/2025 14:16

Para J.F. Misericórdia <geral@jf-misericordia.pt>

Para atribuição de registo de entrada sff

Carla Ribeiro Francisco
 Coordenadora Técnica
 Secção de Gestão Administrativa
 carla.ribeiro@jf-misericordia.pt



Pense bem antes de imprimir este e-mail.
 Think before print this e-mail.

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: Esta mensagem de correio eletrónico e os ficheiros nele contidos ou anexados destinam-se a uso exclusivo do(s) destinatário(s) e poderá conter dados pessoais, informação privada, confidencial ou legalmente protegida. Se a presente comunicação incluir dados pessoais, a pessoa ou entidade a quem é dirigida está obrigada ao cumprimento do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679-PE/C de 2016/27) e demais legislação aplicável, devendo manter em total confidencialidade e segurança os dados pessoais transmitidos. A Junta de Freguesia da Misericórdia informa ainda que, no caso de ter recebido esta mensagem por engano, a utilização, cópia, retenção, reprodução, distribuição ou reencaminhamento dessa informação é expressamente proibida e deverá proceder à sua eliminação imediata, sob pena de sujeição às competentes sanções legais.

Largo Dr. António de Sousa de Macedo N.º 7D
 1200-153 Lisboa
 Tel. 21 392 98 03
 www.jf-misericordia.pt



JUNTA DE FREGUESIA DA MISERICÓRDIA
 REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA

REGISTO ENTRADA Nº 3334 ANO 2025

RECEBIDO POR Carla

DATA 29/12/2025 REMETIDO PARA SERVIÇO Executivo

De: José Pato <joseravascopato@gmail.com>

Enviada: 29 de dezembro de 2025 14:06

Para: Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt>

Assunto: Re: AFM 30 DEZEMBRO

Atenção: ATENÇÃO: Este email teve origem fora da JF Misericórdia. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro.

Boa tarde Carla, quer o destino que quem nunca falta desta vez terá que faltar, fui contactado para a realização de exames que requerem hospitalização, desta forma estarei internado dia 30 e 31. Solicito assim desta forma a possibilidade de substituição.

Atentamente
 José Ravasco Pato

Carla Ribeiro <carla.ribeiro@jf-misericordia.pt> escreveu (segunda, 29/12/2025 à(s) 12:20):

Exmas./os Senhoras/es
 Eleitas/os da Assembleia de Freguesia da Misericórdia.

Incumbe-me o Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia da Misericórdia, Eng.º Carlos Victor, de remeter a V/ Exas uma recomendação enviada pelo CDS bem como a ata da sessão anterior.

Cm os melhores cumprimentos



Voto de Pesar pelo Falecimento de Anita Guerreiro

Anita Guerreiro, nome artístico de Bebiana Guerreiro Rocha Cardinalli, nascida a 13 de novembro de 1936, em Lisboa, e falecida no passado dia 7 de dezembro de 2025, foi uma figura marcante da música popular portuguesa e uma intérprete de referência do fado e da canção tradicional.

Ao longo da sua vida e carreira, manteve uma forte e profunda ligação à Freguesia da Misericórdia, onde viveu e onde cantou em várias casas de fado do Bairro Alto, destacando-se a sua presença regular na casa O Faia, até ao ano de 2019. Através da sua arte, contribuiu de forma significativa para a afirmação deste bairro histórico como um dos mais importantes centros da cultura fadista e da música tradicional portuguesa.

Ao longo de uma notável carreira artística, Anita Guerreiro levou a música portuguesa a inúmeros palcos, nacionais e internacionais, preservando e divulgando as tradições culturais do país, sempre com autenticidade, simplicidade e um profundo amor a Portugal. O seu percurso granjeou-lhe o reconhecimento do público e garantiu-lhe um lugar especial na memória coletiva.

Assim ao longo da sua trajetória que atravessou o teatro, revista, fado, cinema e televisão, Anita Guerreiro ajudou a moldar a identidade cultural de Lisboa, não apenas como artista, mas como voz da cidade, de suas ruas, bairros, gentes e tradições, deixando um legado artístico que ultrapassa gerações. Tendo em conta a sua relevância da sua vida e obra para Lisboa e para a cultura portuguesa, entende-se que o seu nome e memória devem ser honrados de forma duradoura.

Neste sentido, a eleita do CDS-PP recomenda que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão ordinária de mês dezembro de 2025, delibere:

1. Apresentar à família, amigos, colegas de profissão e admiradores de Anita Guerreiro as mais sentidas condolências.
2. Guardar um minuto de silêncio em sua memória, e em sinal de homenagem e respeito institucional.
3. Enviar este Voto de Pesar à Família, à Casa do Artista e ao Restaurante "O Faia".



Recomendação

Intervenção Técnica: Pavimento Escola Padre Abel Varzim

Considerando que o pavimento do recreio da Escola Padre Abel Varzim continua a apresentar problemas graves, nomeadamente o facto de o chão tingir de forma persistente as roupas e o calçado das crianças que nelas brincam.

As inúmeras queixas e aberturas apresentadas por Pais e Encarregados de Educação, reportando danos na roupa das crianças e calçado, riscos para a higiene e desconforto no uso diário do espaço;

Assim sendo, o recreio é um espaço essencial para o bem-estar, segurança e desenvolvimento das crianças, devendo cumprir condições adequadas de qualidade e salubridade.

Neste sentido, a eleita do CDS-PP recomenda que a Assembleia de Freguesia da Misericórdia, reunida em sessão ordinária de 30 de dezembro de 2025, delibere:

1. Promova, com carácter de urgência, uma avaliação técnica ao pavimento do recreio da Escola Padre Abel Varzim, apurando as causas do problema;
2. Diligencie junto das entidades competentes (nomeadamente Câmara Municipal e/ou Ministério da Educação) no sentido de ser encontrada uma solução definitiva;
3. Assegure a substituição ou correção do pavimento, caso se confirme que o material utilizado é inadequado para o uso escolar;
4. Mantenha a comunidade escolar informada sobre os desenvolvimentos e prazos previstos para a resolução da situação.

Anexos

